FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº. 282 DE 14 DE ABRIL DE 2020

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do DECRETO de 01.01.2019, publicado no DOE nº 33771 de 02.01.2019.

ADEQUA O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA FASEPA E A JORNADA DE TRABALHO DOS SEUS SERVIDORES E A REALIZAÇÃO DE TRABALHO REMOTO EM SUAS UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO VINCULADAS E DETERMINA PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS COMO MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Considerando a excepcionalidade decorrente do perigo de contágio do Coronavírus COVID-19 em todo o território nacional e, especificamente, no Estado do Pará, bem como a situação de Pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde;

Considerando o Decreto Estadual nº. 609, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento, no âmbito do Estado do Pará, da pandemia do coronavírus COVID-19;

Considerando o Decreto Estadual nº 670, de 07 de abril de 2020, que dispõe sobre medidas adicionais de austeridade fiscal do Poder Executivo Estadual, em complemento ao disposto no Decreto Estadual nº 367, de 23 de outubro de 2019, em virtude da queda de receita decorrente da pandemia do COVID-19, e dá outras providências;

Considerando a necessidade de adotar medidas para a redução do potencial de contágio do COVID-19 e para a preservação da saúde dos servidores, colaboradores, visitantes e usuários dos serviços prestados por esta Fundação;

Considerando que a aplicação de medidas de excepcionalidade que alcançam o atendimento socioeducativo previstas no Art. 4º, parágrafo único, alínea a do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, tendo como prioridade absoluta as demandas que objetivem garantir a proteção integral da saúde dos adolescentes assim como de toda a comunidade socioeducativa; Considerando a regulação que está sendo praticada pelo Sistema de Justiça Estadual por meio das Portarias Conjuntas nº1/2020, de 13/03/2020, e nº4/2020, de 19/03/2020, que determinam regras de atuação das unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Pará, aplicáveis, inclusive, a processos envolvendo adolescentes internados em conflito com a lei.

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender a Gratificação de Tempo Integral dos servidores lotados nesta Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará, pelo período de vigência do Decreto Governamental 670/20 de 07 de abril de 2020, ou até ulterior deliberação e estabelecer o horário de funcionamento da FASEPA e a jornada de trabalho dos seus servidores de 08h às 14h, em cumprimento ao previsto no inciso VI do Art. 3º do referido Decreto Estadual.

1º - Excetuam-se os servidores em regime de escala de plantão (12x36 h, 12x48 h e 12x60 h).

Art. 2º. Será deferida a realização de trabalho remoto aos servidores, desde que sua realização seja possível e sem que haja prejuízo ao interesse público e ao atendimento à população, aos servidores:

I - que tenham idade maior ou igual a 60 (sessenta) anos, exceto monitores, motoristas, profissionais que atuam na cadeia alimentar e área da saúde socioeducacional;

II - que apresentem doenças respiratórias crônicas, doenças cardiovasculares, câncer, diabetes, hipertensão ou com imunodeficiência, devidamente comprovadas por atestado médico público ou privado;

III - que estejam grávidas ou lactantes;

IV - que tenham retornado de viagem a local onde haja casos confirmados de transmissão sustentada do COVID-19.

1º - os servidores deverão requisitar a realização de trabalho remoto às suas chefias imediatas, que se manifestarão acerca da possibilidade, e encaminharão à respectiva Diretoria para manifestação e posterior deferimento a critério do Presidente da Fasepa.

Art. 3º. O regime excepcional de trabalho remoto deverá obedecer às seguintes diretrizes:

O trabalho remoto não constitui direito subjetivo do servidor, efetivo ou comissionado, e poderá ser revogado a qualquer tempo a bem do serviço público.

O servidor, efetivo ou comissionado, em regime excepcional de trabalho remoto deverá manter-se disponível e acessível durante todo o horário de sua jornada de trabalho original, pelos meios usuais de comunicação, realizando em seu computador pessoal, caso possua, as tarefas designadas pela sua chefia

Mesmo em regime excepcional de trabalho remoto, o servidor, efetivo ou comissionado, poderá ser chamado a comparecer ao local de trabalho, a qualquer tempo, em caso de justificada

O regime excepcional de trabalho remoto não enseja qualquer tipo de ressarcimento, indenizações ou compensações.

1º - As reuniões administrativas deverão ser realizadas de forma não presencial, por meio de recursos de telecomunicação que permitam a comunicação simultânea entre todos os partícipes.

2º - No caso de impossibilidade de a reunião ser realizada por

meios não presenciais, considerar-se-á seu adiamento, salvo nos casos de fundamentada urgência, a ser atestada.

3º. O servidor efetivo ou comissionado que venha a apresentar os sintomas descritos no art. 3º do Decreto Estadual nº 609, de 13 de março de 2020 deverá comunicar o fato à sua chefia imediata para adoção das providências necessárias nos termos do Parágrafo único do Art. 3º do Decreto Estadual nº 609, de 16 de março de 2020.

4º. A Diretoria Administrativa e Financeira – DAF, por intermédio da sua Gerência responsável e fiscais/gestores dos contratos de prestação de serviços deverão notificar as empresas contratadas quanto à responsabilidade destes em adotar todos os meios necessários para cumprimento das regras estabelecidas pela FASEPA e conscientizar seus funcionários quanto aos riscos do COVID-19, estando às empresas passíveis de responsabilização em caso de omissão que cause prejuízo à Administração Pública.

Parágrafo único. O controle acerca da produtividade dos servidores que atuarem em regime excepcional de trabalho remoto ficará sob a responsabilidade da chefia imediata.

Art. 4º. Os servidores que estiverem em regime excepcional de trabalho remoto, cuja presença tenha sido comprovadamente constatada em locais de grande circulação ou evento que tenha grande aglomeração de pessoas no horário de trabalho regular, terá esta conduta considerada como falta grave, com as devidas sanções correspondentes.

Art. 5º. O descumprimento dos deveres enunciados na presente Portaria ensejará a apuração de responsabilidade funcional por meios dos instrumentos cabíveis previstos na legislação.

Art. 6º: As ações de comunicação interna da FASEPA devem priorizar a divulgação de informações e orientações relativas ao COVID-19.

Art. 7º: Ficam temporariamente suspensas:

As visitas técnicas do atendimento socioeducativo.

A visitação pública e o atendimento presencial do público externo que puder ser prestado por meio eletrônico ou telefônico nas unidades socioeducativas e na sede da FASEPA para preservar a vida e a saúde dos adolescentes devendo ser usados todos os meios legais e disponíveis.

1º. A realização de aulas e a oferta de cursos de qualificação ficam temporariamente suspensas na modalidade presencial, permanecendo em funcionamento pleno nas plataformas digitais.

2º. Deve-se fortalecer o canal de comunicação com familiares, via telefone ou outro meio remoto, por meio das equipes técnicas, no sentido de conscientizá-los da necessidade de suspender as visitas temporariamente.

3º. Em casos de visitas para execução de serviços, visitas técnicas para participação em processos licitatórios, será autorizada a entrada de funcionários identificados, fazendo uso de EPI e obedecendo aos critérios de higienização estabelecidos nesta Portaria.

Art. 8º: Ficam suspensas, nos meses de abril e maio, a concessão de férias e licenças para os cargos de monitores, motoristas, profissionais que atuam na cadeia alimentar e área de saúde socioeducacional.

Art. 9º. Os gestores das unidades da FASEPA deverão avaliar a imprescindibilidade da realização de reuniões presenciais, adotando, preferencialmente, as modalidades de áudio e videoconferência para eventos com número elevado de participantes.

1º. Não serão marcados novos eventos coletivos no auditório da sede e nem nos espaços coletivos dos prédios da FASEPA até ulterior deliberação.

Art. 10. A FASEPA adotará medidas para ampliar a disponibilização dos equipamentos de proteção individual (EPI), tais como luvas, máscaras e álcool a 70%, possíveis à proteção dos servidores, bem como o setor de limpeza deverá ter sempre um funcionário disponível em cada escala, e realizar a cada três horas a higienização de maçanetas, torneiras e similares. As luvas e máscaras devem, prioritariamente, ser utilizadas pelos servidores, colaboradores, visitantes e socioeducandos que apresentarem algum sintoma gripal.

Art. 11. Todas as viagens ficam suspensas por tempo indeterminado, permanecendo somente as que apresentarem caráter emergencial, sob avaliação do Presidente da Fasepa.

Art. 12. Todas as unidades de atendimento socioeducativo devem, ainda, seguir as seguintes orientações:

I – Para os servidores e colaboradores:

1. Evitar aglomerações;
2. Cancelar todos os eventos e atividades;
3. O atendimento ao público externo deve ser realizado preferencialmente por telefone e, em casos excepcionais, poderá ser realizado agendamento para atendimento presencial, devendo o Gerente da unidade solicitar autorização à Diretoria de Atendimento Socioeducativo da Fasepa;

Os técnicos e colaboradores devem prezar pela lavagem das mãos e higienização dos ambientes, fortalecendo todas as frentes de proteção dos adolescentes e servidores;

1. Reduzir o máximo possível o contato com os adolescentes, preservando os princípios de segurança já existentes.

II - Em relação aos (as) adolescentes:

1. Evitar aglomeração, em locais sem circulação de ar;
2. Lavar as mãos e antebraço com água e sabão, preferencialmente, em caso de não ter esta possibilidade utilizar álcool gel 70%;
3. Lavar o rosto pelo menos três vezes ao dia;
4. Higienizar as superfícies com álcool gel para profilaxia, assim como a limpeza dos espaços e dormitórios, de acordo com as regras de Higiene, Limpeza e Desinfecção;
5. Evitar cumprimentos com beijos, abraços e apertos de mãos;
6. Ao espirrar ou tossir, cobrir o nariz e a boca com antebraço;

Parágrafo único. Cabe ao Profissional de Saúde da unidade avaliar a neces-